

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025

Instituição de Utilidade Pública
Instituição de Utilidade Pública Desportiva
Membro do Comité Olímpico Português
Membro da Confederação do Desporto de Portugal
Filiada na Union Mondiale de Billard
Filiada na Confédération Européenne de Billard
Filiada na European Pocket-Billiard Federation
Filiada na European Billiard & Snooker Association

Relatório de Atividades e Contas — 2025

Índice

Primeira Parte

- Órgãos Sociais da F.P.B. — 2024-2028

Segunda Parte

- Relatório da Direcção

Terceira Parte

- Atividade Financeira

Quarta Parte

- Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação legal do Revisor Oficial de Contas

PRIMEIRA PARTE

Órgãos Sociais da F.P.B. — 2024-2028

Mesa da Assembleia Geral

Presidente da Mesa da Assembleia Geral - **Armando Luís Santa Bárbara da Cunha**

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral - **Joaquim Manuel Pimentão Ramalho**

Secretário da Mesa da Assembleia Geral - **Ema Paula Fernandes Pinto**

Vogal Suplente da Mesa da Assembleia Geral - **Rui Manuel Lima Correia Palhares**

Presidente da Direção

Presidente - **José Óscar Silva Fernandes Pereira**

Direção

- Vice-Presidente: **Ricardo José Geria Serralheiro Salgado**

- Diretor: **Paulo Jorge Lima Correia Palhares**

- Diretor: **Francisco António Alvoeiro de Oliveira**

- Diretor: **Jorge Manuel Rodrigues de Almeida**

- Diretor: **Bruno de Sá e de Seixas Ladeiro**

- Diretora: **Joana Maria dos Santos Rosa Barreto Salgado**

- Vogal Suplente: **Nuno Miguel Bonito dos Santos**

- Vogal Suplente: **Ricardo Leston da Silva**

- Vogal Suplente: **Maria Vânia de Oliveira Franco**

Conselho de Arbitragem

Presidente do Conselho de Arbitragem - **Luís Paulo de Oliveira Cunha**

1.º Vogal do Conselho de Arbitragem - **José Carlos de Aboim Aguiar**

2.º Vogal do Conselho de Arbitragem - **Alfredo Manuel Amorim dos Santos.**

Vogal Suplente do Conselho de Arbitragem - **Vítor Hugo da Silva Pinto.**

Conselho Fiscal

Presidente do Conselho Fiscal - **Maria Graciela Gonçalves Martins**

Vogal Efetivo do Conselho Fiscal - **Manuel António Januário**

Vogal Efetivo do Conselho Fiscal - **João Paulo da Costa Moreira**

Conselho de Justiça

Presidente do Conselho de Justiça - **João Nuno Leão Gordilho Hipólito Correia**

1.º Vogal do Conselho de Justiça - **José Artur da Silva Cordeiro**

2.º Vogal do Conselho de Justiça - **Isabel Maria da Cruz França**

Vogal Suplente do Conselho de Justiça - **Veronique da Silva Seco**

Conselho de Disciplina

Presidente do Conselho de Disciplina - **Rita Maria Mota Neves da Silva**

1.º Vogal do Conselho de Disciplina - **Bruna Solange Diogo dos Santos**

2.º Vogal do Conselho de Disciplina - **Frederico Miguel Gomes Barreira**

Vogal Suplente do Conselho de Disciplina - **Ana Maria Barbedo Garcia Dias de Castro**

Relatório de Atividades e Contas — 2025

SEGUNDA PARTE

Relatório da Direção

Introdução

Exmos. Senhores Associados, Delegados e Demais Agentes Desportivos,

A Direção da Federação Portuguesa de Bilhar (FPB) submete à vossa superior apreciação o presente Relatório de Atividades e de Contas referente ao ano de 2025.

O período de 2025 consubstanciou o início de um novo ciclo de governação na FPB, em perfeita consonância com o ciclo olímpico vigente. Alicerçada nos vetores estratégicos de sucesso que nortearam os exercícios anteriores, com particular ênfase no crescimento desportivo contínuo e na modernização organizacional, esta Direção implementou, com inequívoco êxito, um conjunto de medidas estruturais e de reformas regulamentares concebidas para mitigar os desafios inerentes ao presente mandato e salvaguardar a sustentabilidade futura do bilhar em território nacional.

Primordialmente, logrou-se robustecer a articulação institucional com as estruturas diretivas de âmbito regional, promovendo ações concertadas de capacitação dos respetivos quadros e assegurando um acompanhamento de proximidade na execução das respetivas políticas desportivas, sem prejuízo da matriz identitária nacional desta Federação. Sob este prisma, iniciou-se a revisão para atualização dos protocolos de delegação de competências celebrados com as diversas associações regionais e distritais, visando dotá-los da eficácia jurídica e operacional exigida pelo atual panorama desportivo. Ao mesmo tempo negociou com os clubes de outros distritos para a constituição de novos protocolos. Paralelamente, esta Direção envidou esforços no sentido de consolidar as estruturas orgânicas estatutariamente previstas, designadamente as associações representativas de treinadores, árbitros e praticantes, ciente de que as mesmas constituem pilares basilares para o pleno exercício dos direitos e prerrogativas de todos os agentes do fenómeno desportivo. O investimento perene na formação

técnico-pedagógica de técnicos, juizes-árbitros e atletas traduziu-se numa evidente mais-valia qualitativa para as competições sob a égide federativa. Adicionalmente, foram formalizadas novas parcerias de natureza comercial que propiciaram a otimização das condições de prática e treino desportivo, com especial incidência na sofisticação dos equipamentos de jogo de alta competição, destacando-se as parcerias com a Predator, Royal Pro e Aramith.

No plano da gestão económico-financeira, conceberam-se e executaram-se mecanismos rigorosos de recuperação de passivos junto dos clubes associados, privilegiando a contratualização de planos de amortização faseados que permitiram a regularização efetiva de situações de incumprimento. Em estreita correlação, adotou-se uma política de rigorosa contenção orçamental no capítulo das despesas correntes, sujeitando a um escrutínio severo os custos operacionais adstritos à organização das fases finais nacionais.

I. ANÁLISE DETALHADA DA EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

Capacitação e Formação Técnica: Registou-se a continuidade do Plano Nacional de Formação de Treinadores em estrita articulação com o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), logrando-se avanços significativos na validação dos Referenciais de Formação Específica de Bilhar. No âmbito do catálogo formativo, destaca-se a concretização do *1º Curso de Árbitros de Carambola* sob a preleção de prestigiado formador da CEB, bem como a preparação do *1º Curso de Formação de Treinadores de Carambola*, devidamente homologados pela *Confédération Européenne de Billard* (CEB). Disponibilizaram-se ainda as candidaturas para a representação de formandos nacionais em ações formativas internacionais tuteladas pela *European Pocket Billiards Federation* (EPBF) e *European Billiards & Snooker Association* (EBSA).

- **Representação e Diplomacia Desportiva Internacional:** Assegurou-se com assinalável sucesso a participação de delegações nacionais nas competições calendarizadas pelas confederações internacionais às quais esta FPB se encontra filiada. Os escalões de formação e os atletas de elite foram alvo de uma preparação técnico-tática intensiva e direcionada, visando capacitá-los para as elevadas exigências competitivas do plano internacional,

destacando, naturalmente o excelente resultado de mérito do atleta Ruben Gomes que alcançou o Título Europeu de Pool Sub-17, bem como o brilhante 3º lugar de Luís Pinto no Campeonato da Europa de Carambola Sub 21.

- **Modernização Funcional e Descentralização Administrativa:** Fiel ao princípio programático da descentralização, a FPB deu início ao processo de revisão dos convénios com as associações congéneres e impulsionou a delegação formal de competências em novos distritos territoriais que demonstraram preencher os pressupostos logísticos e administrativos requeridos.
- **Acolhimento de Eventos Internacionais:** Foram integralmente escrutinados e cumpridos os compromissos contratuais assumidos perante a CEB, culminando na organização bem-sucedida da *Fase Final da Taça dos Clubes Campeões Europeus* e da *Taça do Mundo de Carambola*, esta última viabilizada através de uma profícua e renovada parceria estratégica com o Futebol Clube do Porto.
- **Plano Estratégico e Competições Nacionais:** Projetou-se o ordenamento das futuras épocas desportivas mediante o desenho de modelos competitivos dotados de maior atratividade desportiva e também promocional. Paralelamente, implementaram-se ações de capacitação dirigidas a quadros diretivos, com o fito de potenciar o associativismo desportivo. No âmbito estrito das provas nacionais, cumpriu-se integralmente o calendário oficial homologado, procedendo-se à atribuição da totalidade dos títulos nacionais em disputa e operando-se os reajustamentos regulamentares que o *feedback* dos agentes desportivos aconselhou.

II. BALANÇO OPERACIONAL POR ÁREA DE ATUAÇÃO

1. Carambola

O escopo primordial desta vertente consistiu na planificação, execução e supervisão das competições nacionais, quer na variante de equipas, quer em termos individuais, procedendo-se a uma monitorização exaustiva dos impactos decorrentes das alterações regulamentares introduzidas no início da época. No plano da representação externa, Portugal fez-se representar ao mais alto nível no

Campeonato do Mundo de Equipas (Alemanha, março), no *Campeonato da Europa de Equipas e Individual* (Turquia, abril) e no *Campeonato da Europa de Sub-21* (Espanha, abril) onde Luís Pinto alcançou a Medalha de Bronze. Em regime de coorganização com o F.C. Porto, chancelou-se o êxito organizacional da *Fase Final da Taça dos Clubes Campeões Europeus* e da prestigiada *Taça do Mundo da UMB*.

2. Pool

Com vista a acomodar o acentuado incremento no número de agremiações e atletas inscritos, consolidou-se o quadro competitivo da *2.ª Divisão Nacional de Pool Individual*. Realizaram-se com plena eficácia desportiva os *Campeonatos Nacionais da 1.ª, 2.ª e 3.ª Divisões* (nas vertentes individual e coletiva). Reitera-se a garantia de representação lusa ao mais alto nível nos certames internacionais da EPBF, WPA, *Predator Series* e *Matchroom* e a insistência junto da EPBF para a continuidade dos cursos de treinadores por si tutelados.

3. Pool Português

O exercício de 2025 tendeu a corroborar a trajetória exponencial de crescimento desta variante. Alargou-se de forma notória a sua expressão geográfica, assumindo contornos de pendor histórico o início da atividade competitiva regular na Região Autónoma dos Açores - corolário do empenho da Federação e das estruturas locais. Para além desta disseminação geográfica, destaque para o desenvolvimento nos grandes centros urbanos que propiciou o desdobramento do quadro competitivo com a introdução do título de Campeão Nacional da *4.ª Divisão Individual e por equipas*, perfazendo um cômputo global de 12 títulos nacionais outorgados (6 coletivos e 6 individuais).

4. Snooker

Registou-se a consolidação das taxas de participação de atletas e equipas, em paralelo com uma expansão da captação geográfica da modalidade e com a preparação de futuras reformas no ordenamento regulamentar. Foram dinamizadas iniciativas promocionais em múltiplos pontos do território nacional com o intuito de atrair novos praticantes, destacando-se a execução do circuito *“Predator Q School Challenge”* (composto por 4 provas, no qual 8 atletas disputaram 2 vagas de acesso ao *WSF Championship*, que decorreu na Bulgária e teve a presença de 2 atletas lusos).

Paralelamente, impulsionou-se a formação de quadros técnicos e de arbitragem, e otimizou-se a qualidade da representação nacional nos *Campeonatos da Europa* sob a égide da EBSA.

5. Gestão Financeira e Orçamental

Pautada pelos princípios estruturantes da prudência e do rigor contabilístico, a execução orçamental assegurou o cabal desenvolvimento de todas as atividades desportivas programadas, quer de âmbito interno, quer internacional. A Direção logrou captar novos fluxos de financiamento suplementar e apoios logísticos para as competições. Manteve-se um controlo orçamental estrito, rigoroso e consistente, obtendo-se progressos de relevo na cobrança e regularização de saldos devedores historicamente consolidados.

6. Marketing, Comunicação e Ativação de Marca

Foram dados passos para a melhoria do relacionamento com os órgãos de comunicação social, mediante a prospeção para o preenchimento da função de Assessor de Imprensa, que pretende garantir um fluxo constante de informação institucional sobre as competições sob tutela federativa. Adotou-se uma postura de pendor eminentemente corporativo nas negociações comerciais, assegurando a renovação de patrocínios de relevância estratégica com a *Esconline*, *Aramith*, *Royal Pro* e *Predator*, adensando igualmente os protocolos com a firma *Bilhares Carrinho* e com diversas edilidades locais.

7. Logística e Serviços Gerais

Não obstante as complexidades operacionais que se colocam a uma estrutura de natureza predominantemente amadora na organização de fases finais nacionais, foram salvaguardadas condições de excelência desportiva e de bem-estar para comitivas e atletas. Garantiu-se uma execução logística em eventos de elevada aclamação, tais como o *Masters Pool PT* e o *Pool Stars*, prosseguindo-se a estratégia de posicionamento de Portugal como destino de eleição para o acolhimento de certames internacionais.

8. Transição Digital e Operacional Não Desportiva

Consolidou-se o ecossistema digital da Federação através da introdução de novas funcionalidades no *Portal da FPB*, incluindo um canal digital dedicado à comunicação oficial com a Federação e utilizários

avançados para a gestão de torneios homologados. Os sistemas de atualização de resultados em tempo real, “*Livescore*” foram atualizados e melhorados, encontrando-se os mesmos atualmente integrados e acessíveis para usufruto de todas as agremiações desportivas filiadas.

III. NOTAS CONCLUSIVAS

Ao longo do exercício de 2025, a governação desta Federação orientou-se escrupulosamente pelos seguintes axiomas institucionais:

- Manutenção de um relacionamento institucional perfeitamente estabilizado e profícuo com Clubes e Praticantes, com vista ao incremento do rendimento desportivo.
- Ampliação e sofisticação da cobertura mediática do bilhar nas suas diversas variantes.
- Adoção de fluxos de comunicação interna e externa assentes em modelos mais estruturados, céleres e eficazes.
- Planeamento estratégico e rigor metodológico na calendarização de todas as atividades federativas.
- Estrito cumprimento e fiscalização recíproca dos protocolos celebrados com as associações distritais e regionais.
- Promoção de fóruns de discussão abertos com os agentes desportivos no que concerne à alteração de modelos competitivos.
- Respeito absoluto pela autonomia e independência das instituições com assento na Assembleia Geral.

Em suma, o ano de 2025 configurou-se como um período de impulso estratégico para a Federação Portuguesa de Bilhar. Inovou-se ao nível dos processos, expandiu-se a implantação territorial das modalidades, prestou-se o apoio técnico necessário a clubes e atletas e robusteceram-se as competências dos quadros técnicos e diretivos, preservando-se inalterável a sustentabilidade orçamental, patrimonial e administrativa desta prestigiada instituição.

A Direção da federação entende que atingiu maioritariamente os objetivos propostos no Plano de Atividades para 2025, não obstante alguns pequenos propósitos não tenham sido atingidos.

Expressamos o nosso sincero agradecimento aos dirigentes de clubes e da federação, atletas, árbitros e Comissários Técnicos Nacionais e Distritais, bem como às Associações regional e distritais que connosco colaboraram ao longo do ano de 2025.

Manifestamos igualmente o nosso profundo reconhecimento a todos os parceiros e entidades institucionais com quem mantivemos relações institucionais, com especial destaque para: SEJD — Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude, IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude, Bilhares Carrinho, ESC Online, B Travel, Predator, Aramith, Royal Pro, Hotel Termas da Curia, e as Municípios de Anadia, Coimbra, Oliveira do Bairro, São João da Madeira e Tábua.

Dedicamos uma palavra de sentida homenagem e memória a todos aqueles que nos deixaram em 2025.

Por fim, estendemos o nosso agradecimento a todos os amigos e simpatizantes da modalidade do Bilhar que, com o seu apoio e partilha em 2025, contribuíram para o constante aperfeiçoamento do nosso trabalho.

Lisboa, 20 de Junho de 2026.

A Direção da Federação Portuguesa de Bilhar

TERCEIRA PARTE

ATIVIDADE FINANCEIRA

Ativo:

O ativo total desceu de 216.740,49 € (2024) para 141.708,82 € (2025), mas não se deve considerar necessariamente um mau resultado uma vez que:

- O passivo reduziu drasticamente (de 129.150,04 € para 18.464,25 €).
- Os fundos patrimoniais aumentaram muito (de 87.590,45 € para 123.244,57 €).
- O resultado líquido passou de -86.351,48 € para +35.654,12 € — uma viragem enorme.

Ou seja: menos dívida, mais autonomia financeira e um ano claramente positivo.

1. Ativo não corrente

- Desceu de 12.886,31 € → 11.265,96 €, fruto das depreciações.

2. Ativo corrente

Decresceu bastante: 203.854,18 € → 130.442,86 €.

Principais movimentos:

- Fundadores/beneméritos/etc. (rubrica 14): 106.556,73 € → 81.829,61 € →
- De dívidas de associados/doadores.
- Outros ativos correntes (rubrica 16): 29.929,14 € → 1.825,00 € → Redução muito significativa.
- Caixa e depósitos bancários (rubrica 17): 64.066,27 € → 34.368,60 € → Menos liquidez, mas ainda confortável.
- Adiantamentos a fornecedores (rubrica 12) aparece em 2025 com 6.854,30 €.

Fundos Patrimoniais

Os fundos patrimoniais aumentaram muito:

87.590,45 € → 123.244,57 €

Isto deve-se a:

- Resultado líquido positivo de 35.654,12 €
- Resultados transitados diminuíram (164.428,62 € → 78.077,14 €), o que indica absorção de prejuízos anteriores.

Passivo:

1. Passivo não corrente

- Continua 0 €.

2. Passivo corrente

Redução enorme: 129.150,04 € → 18.464,25 €

Destaques:

- Fornecedores: 113.215,16 € → 5.111,59 € → Pagamento massivo de dívidas.
- Outros passivos correntes: 13.730,54 € → 12.183,69 € → Mantém-se estável.
- Financiamentos obtidos: 205,59 € → 115,99 € → Quase inexistente.

Interpretação geral:

O ano de 2025 demonstra:

1. Pontos muito positivos

- Forte redução do passivo (especialmente fornecedores).
- Resultado líquido positivo e expressivo.
- Autonomia financeira muito elevada.
- Liquidez confortável.
- Consolidação dos fundos patrimoniais.

2. Pontos a monitorizar

- Queda significativa do ativo corrente — pode ser apenas normalização após pagamento de dívidas, mas convém acompanhar.
- Redução de caixa — ainda saudável, mas deve ser monitorizada.
- Dependência de recebimentos de associados/doadores (rubrica 14).

Conclusão rápida à Demonstração de Resultados:

A Demonstração de Resultados de 2025 confirma exatamente o que o balanço já deixava adivinhar: uma recuperação financeira muito forte, sustentada por melhor controlo de custos e estabilização dos rendimentos.

O resultado líquido passou de -86.351,48 € (2024) para +35.654,12 € (2025). Isto representa uma viragem de +-122.000 € na performance operacional.

A chave desta melhoria não foi o aumento de rendimentos, mas sim:

- redução massiva dos fornecimentos e serviços externos
- controlo dos outros gastos
- estabilidade nos gastos com pessoal
- quase eliminação de gastos financeiros

Análise dos Rendimentos:

✓ Serviços Prestados

494.491,07 € → 330.497,88 € → Queda de 164.000 € (-33%).

Apesar da descida, continuaram a ser a principal fonte de receita.

✓ Subsídios, doações e legados

200.313,51 € → 159.038,69 € → Redução de 41.000 € (-20%).

✓ Outros Rendimentos

39.993,75 € → 1.006,56 € → Queda muito acentuada por causa das correções a saldos muito antigos de clubes em 2024.

Total de rendimentos caiu cerca de 200.000 €, mas isso foi compensado por uma redução ainda maior dos gastos.

Análise dos Gastos:

✓ Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

-778.476,18 € → -362.913,78 € → Redução de 415.562 € (-53%).

Este é o fator mais determinante da melhoria do resultado.

✓ Gastos com o pessoal

-22.302,60 € → -22.699,09 € → Estáveis, sem impacto relevante.

✓ Outros Gastos

-12.626,88 € → -63.151,06 € → Aumentaram cerca de 50.500 €.

Apesar do aumento, o impacto é pequeno comparado com a redução dos FSE, mas tem a ver com as correções de exercícios anteriores e a saldos muito antigos de clubes.

✓ Depreciações e amortizações

-7.237,17 € → -6.125,08 € → Ligeira redução.

✓ Gastos financeiros

-506,98 € → 0 € → Desaparecem praticamente o que é coerente com a forte redução do passivo.

✓ Resultado Líquido

- 86.351,48 € → 35.654,12 € → Melhoria de +- 122.000 €.

Interpretação Geral:

1. Pontos muito positivos

- Forte redução dos custos operacionais, especialmente FSE.
- Desaparecimento dos gastos financeiros, coerente com liquidação de dívidas.
- Resultado líquido muito sólido para o nível de atividade.

2. Pontos a monitorizar

- Queda significativa dos rendimentos — é preciso perceber se é conjuntural ou estrutural.
- Aumento dos “Outros Gastos” — já explicado acima.
- Dependência de subsídios/doações ainda relevante.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BILHAR

Sede: Av. João XXI, 43, 1º D.to

1100-299 Lisboa

NIF: 503 031 607

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
ACTIVO			
Activo não Corrente			
Activos fixos tangíveis	4	11,265.96	12,886.31
Bens do património histórico e cultural	5		
Activos intangíveis	6		
Investimentos financeiros	7		
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	8		
Outros créditos e activos não correntes	9		
Total do activo não corrente		11,265.96	12,886.31
Activo Corrente			
Inventários	10		
Créditos a receber	11		
Adiantamentos a fornecedores	12	6,854.30	
Estado e outros entes públicos	13		
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	14	81,829.61	106,556.73
Diferimentos	15	5,565.35	3,302.04
Outros activos correntes	16	1,825.00	29,929.14
Caixa e Depósitos Bancários	17	34,368.60	64,066.27
Total do activo corrente		130,442.86	203,854.18
Total do Activo		141,708.82	216,740.49
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18	9,413.55	9,413.55
Excedentes técnicos	19		
Reservas	20		
Resultados Transitados	21	78,077.14	164,428.62
Excedentes de Revalorização	22		
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	23	99.76	99.76
Resultado líquido do período	24	35,654.12	-86,351.48
Total dos fundos patrimoniais		123,244.57	87,590.45

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BILHAR

Sede: Av. João XXI, 43, 1º D.to

1100-299 Lisboa

NIF: 503 031 607

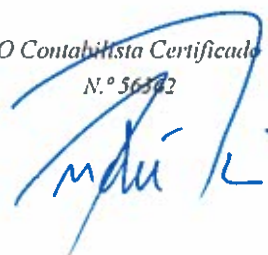
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
PASSIVO			
<i>Passivo não Corrente</i>			
Provisões	25		
Provisões específicas	26		
Financiamentos Obtidos	27		
Outras dívidas a pagar	28		
Total do passivo não corrente		0.00	0.00
<i>Passivo Corrente</i>			
Fornecedores	29	5,111.59	113,215.16
Estado e Outros Entes Públicos	30	1,052.98	1,998.75
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	31		
Financiamentos Obtidos	32	115.99	205.59
Diferimentos	33		
Outros passivos correntes	34	12,183.69	13,730.54
Total do passivo corrente		18,464.25	129,150.04
Total do Passivo		18,464.25	129,150.04
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		141,708.82	216,740.49

S. João da Madeira, 31 de Dezembro de 2025

A Direção



O Contabilista Certificado
N.º 56302



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BILHAR

Sede: Av. João XXI, 43, 1º D.10

1100-299 Lisboa

NIF: 503 031 607

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

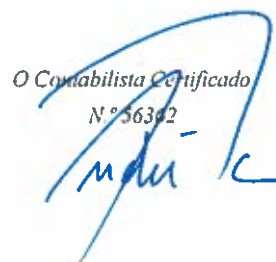
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas	35		
Serviços Prestados	36	330,497.88	494,491.07
Subsídios, doações e legados à exploração	37	159,038.69	200,313.51
Variação nos inventários da produção	38		
Trabalhos para a própria entidade	39		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40		
Fornecimentos e serviços externos	41	-362,913.78	-778,476.18
Gastos com o pessoal	42	-22,699.09	-22,302.60
Imparidades de inventário(perdas/reversões)	43		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	44		
Provisões(aumentos/ reduções)	45		
Provisões específicas (aumentos/ reduções)	46		
Outras imparidades (perdas/reversões)	47		
Aumentos/ Reduções de Justo Valor	48		
Outros Rendimentos	49	1,006.56	39,993.75
Outros Gastos	50	-63,151.06	-12,626.88
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		41,779.20	-78,607.33
Gastos/ Reversões de Depreciação e de Amortização	51	-6,125.08	-7,237.17
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		35,654.12	-85,844.50
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	52		
Juros e Gastos Similares suportados	53		-506.98
Resultado Antes de Impostos		35,654.12	-86,351.48
Imposto sobre o Rendimento do Período	54	0.00	0.00
Resultado Líquido do Período		35,654.12	-86,351.48

S. João da Madeira, 31 de Dezembro de 2025

A Direção



O Contabilista Certificado
Nº 56302



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BILHAR
Contribuinte nº 503 031 607

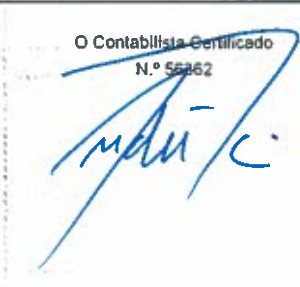
Demonstração de Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Rubricas	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clubes e agentes desportivos		294,164.65	281,599.46
Recebimento de subsídios		159,038.69	196,811.63
Pagamentos a fornecedores		289,883.88	380,211.48
Pagamentos ao pessoal		18,554.00	18,245.94
Caixa gerada pelas operações		144,765.46	79,953.67
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-174,463.13	-55,891.47
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-29,697.67	24,062.20
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Subsídios do Estado e Outras Entidades			
Subsídios do Município S. João da Madeira			
Donativos			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0.00	0.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-29,697.67	24,062.20
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		64,066.27	40,004.07
Caixa e seus equivalentes no fim do período		34,368.60	64,066.27

A Direção



O Contabilista Certificado
N.º 55262



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BILHAR

Sede: Av. João XVI, 43, 1º D.10

1100-299 Lisbon

NIF: 503 031 607

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2025

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes líquidos	Reservas	Resultados Transados	Excedentes de reavaliação	Apostamentos e outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período		
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	9.413,55			164.428,62		99,76	-46.331,48	87.590,23	R\$ 594,45
2	ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
	Princípio adição de novo referencial contábilístico							0,00	0,00	0,00
	Alterações de políticas contábeis							0,00	0,00	0,00
	Diferença de conversão de demonstrações financeiras							0,00	0,00	0,00
	Realização do excedente de reavaliação							0,00	0,00	0,00
	Excedentes de reavaliação							0,00	0,00	0,00
	Ajustamentos por impostos diferidos				-46.331,48			46.331,48	0,00	0,00
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	-46.331,48	0,00	0,00	-46.331,48	0,00	0,00
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							35.654,12	35.654,12	35.654,12
4-2+3	RESULTADO INTEGRAL							35.654,12	35.654,12	35.654,12
	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
5	Fundos							0,00	0,00	0,00
	Subsídios, doações e legados							0,00	0,00	0,00
	Distribuições							0,00	0,00	0,00
	Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6,00	0,00	0,00
6=1+2+3+4-5	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	9.413,55	0,00	0,00	36.077,14	0,00	99,76	35.654,12	121.244,51	121.244,51

S. João da Madeira, 31 de Dezembro de 2025

O Contabilista Certificado
N.º 56342

N.º 56342

NIF: 503 031 607

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total	Interesses que não controlam a participação	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Translatados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos ou outras variações nos fundos patrimoniais			
1		9.413,55			-32.540,32		99,76	44.192,83	21.165,64	21.165,64
2		0,00	0,00	0,00	196.969,14	0,00	0,00	-44.192,83	152.776,29	152.776,29
3					196.969,14	0,00		0,00	196.969,14	152.776,29
4-2+3								-46.351,48	-46.351,48	-46.351,48
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6-1+5+3+5		9.413,55	0,00	0,00	164.428,82	0,00	99,76	-46.351,48	87.590,12	87.590,12

S. João da Madeira, 31 de Dezembro de 2025

~~O Contabilista Certificado~~

No 56362

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM

31 DE DEZEMBRO DE 2025

1 – FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BILHAR

Sede: Av. João XXI, 43, 1º D.to

1100-299 Lisboa

Número Único de Matrícula e Pessoa Coletiva – 503 031 607

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC/ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato financeiro (NCRF) e as Normas interpretativas.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as alterações do Decreto-Lei nº 98/2015 e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, nos Avisos nº 8254/2015 de 29 de julho (EC), nº 8256/2016 de 29 de julho (NCRF) e nº 8258/2015 de 29 de Julho (NI). O Código de Contas e os Modelos das Demonstrações Financeiras utilizados pela empresa são os definidos nas Portarias nº218/2015 de 23 de julho e nº 220/2015 de 24 de julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, da realização dos activos e da liquidação dos passivos, no curso normal da actividade da empresa.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidades acumuladas.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registados como gasto de período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gastos.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A Administração da empresa entende que as taxas constantes do DR 25/2009 são adequadas para reflectir o período de vida útil estimado, utilizando em 2025 as taxas máximas deste normativo.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade a partir dos registos contabilísticos da entidade.

4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências abates	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00				0,00	0,00
Equipamento básico	40,077.26				0,00	40,077.26
Equipamento de transporte	15,000.00				0,00	15,000.00
Equipamento administrativo	57,064.22				0,00	57,064.22
Outros activos fixos tangíveis	1,702.34		3,498.88		0,00	5,201.22
Depreciações acumuladas	-100,957.51		-6,125.08		1,005.85	-106,076.74
Perdas por imparidade acumuladas						
Total	12,886.31	0.00	-2,626.20	0.00	1,005.85	11,265.96

4.1 - Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta:

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta (quotas constantes).

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

As depreciações do activo fixo tangível são calculadas segundo o método da linha recta, por duodécimos, tendo sido utilizadas em 2024 as taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar 25/2009.

5 – BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL:

Não aplicável

6 – ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Não aplicável

7 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS:

Não aplicável

8 – FUNDADORES/BENEMÉRTOS/PATROC. / DOADORES/ASSOC./MEMBROS:

Não aplicável

9 – OUTROS CRÉDITOS E ACTIVOS NÃO CORRENTES:

Não aplicável

10 – INVENTÁRIOS:

Não aplicável

11 – CRÉDITOS E RECEBER:

Não aplicável

3

Handwritten signature

12 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES:

DESCRIÇÃO	2025	2024
<i>Adiantamentos Fornecedores</i>	6,854.30	0.00
Total	6,854.30	0.00

13 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS:

Não aplicável

14 – FUNDADORES/BENEMÉRTOS/PATROC. / DOADORES/ASSOC./MEMBROS:

DESCRIÇÃO	2025	2024
<i>Federações e Confederações</i>	6,300.00	27,800.00
<i>Clubes e Agentes Desportivos</i>	75,529.61	78,756.73
<i>Clubes e Agentes Desportivos Cobr. Duvidosa</i>		
Total	81,829.61	106,556.73

15 – DIFERIMENTOS:

GASTOS A RECONHECER	2025	2024
<i>Seguros</i>	4,240.35	2,402.00
<i>Rendas</i>	1,325.00	899.95
Total	5,565.35	3,302.04

16 – OUTROS ACTIVOS CORRENTES:

DESCRIÇÃO	2025	2024
<i>Outros devedores e credores</i>	1,825.00	26,396.65
<i>Fornecedores</i>		3,532.49
Total	1,825.00	29,929.14

17 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS:

DESCRIÇÃO	2025	2024
<i>Caixa</i>	674.55	1,738.84
<i>Depósitos à ordem</i>	33,694.05	62,327.43
<i>Outros depósitos bancários</i>	0.00	0.00
Total	34,368.60	64,066.27

Ver em anexo o mapa da Demonstração de Fluxos de Caixa

18 – FUNDOS:

19 – EXCEDENTES TÉCNICOS:

20 – RESERVAS:

21 – RESULTADOS TRANSITADOS:

4

Handwritten signature and date: 7/10/25

22 – EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO:

23 – AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS:

24 – FUNDOS PATRIMONIAIS:

CAPITAIS PRÓPRIOS	Ano 2024	Afectação do Resultado	Distribuição lucros/divid.	Variações do exercício	Ano 2025
Fundos	9,413.55				9,413.55
Reservas					
Resultados Transitados	164,428.62	-86,351.48			78,077.14
Ajustamentos em Activos Financeiros:					
Excedentes de Reav. de activos fixos tangíveis e intangíveis:					
Reavaliações decorrentes de diplomas legais					0.00
Outros excedentes					0.00
Outras variações do Capital Próprio:	99.76				99.76
Resultado Líquido do Período	-86,351.48	86,351.48		35,654.12	35,654.12
Total	87,590.45	0.00	0.00	35,654.12	123,244.57

25 – PROVISÕES:

Não aplicável

26 – PROVISÕES ESPECÍFICAS:

Não aplicável

27 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS:

Não aplicável

28 – OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR:

Não aplicável

29 – FORNECEDORES:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Fornecedores c/c	5,111.59	113,215.16
Total	5,111.59	113,215.16

30 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS:

DESCRIÇÃO	2025	2024
242 - Retenção de impostos sobre rendimentos	228.00	882.53
243 - Imposto sobre o valor acrescentado	7.13	298.37
245 - Contribuições p/ a Segurança Social	817.85	817.85
248 - Outras tributações		
* não existem dívidas vencidas		
Total	1,052.98	1,998.75

31 – FUNDADORES/BENEMÉRTOS/PATROC. / DOADORES/ASSOC./MEMBROS:

Não aplicável

32 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS:

DESCRIÇÃO	2025	2024
251 - Financiamentos obtidos - Corrente		
2511 - Empréstimos bancários	115,99	205,59
2513 - Locações Financeiras		
Total	115,99	205,59

33 – DIFERIMENTOS:

Não aplicável

34 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Credores por Acréscimos de Gastos	3,003.69	3,003.69
Outros Devedores e Credores	7,500.00	10,416.85
Outros	1,680.00	310.00
Total	12,183.69	13,730.54

35 – VENDAS:

Não aplicável

36 – SERVIÇOS PRESTADOS:

DESCRIÇÃO	2025	2024
<i>Serviços prestados</i>	<i>330,497.88</i>	<i>494,491.07</i>
	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>
Total	330,497.88	494,491.07

37 – SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Subsídios	159,038.69	200,313.51
	0.00	0.00
Total	159,038.69	200,313.51

38 – VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO:

Não aplicável

39 – TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE:

Não aplicável

40 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS:

Não aplicável

41 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS:

Descrição	2025	2024
Fornecimentos e Serviços Externos	362,913.78	778,476.18
	0.00	0.00
Total	362,913.78	778,476.18

6



42 – GASTOS COM O PESSOAL:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Remunerações do pessoal	18,554.00	18,245.94
Encargos sobre remunerações	3,833.78	3,833.78
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	224.44	222.88
Outros gastos com pessoal	86.87	0.00
Total	22,699.09	22,302.60

A associação tem uma pessoa no serviço.

A associação reconheceu o valor de 3.003,69 € na sua conta de Credores por Acréscimo de Gastos a título de direitos adquiridos relativos a estimativa de férias e subsídio de férias do ano 2025 a pagar em 2026.

43 – IMPARIDADES DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES):

Não aplicável

44 – IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES):

Não aplicável

45 – PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES):

Não aplicável

46 – PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS / REDUÇÕES):

Não aplicável

47 – OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS / REVERSÕES):

Não aplicável

48 – AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR:

Não aplicável

49 – OUTROS RENDIMENTOS:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Outros rendimentos	1,006.56	39,993.75
Total	1,006.56	39,993.75

50 – OUTROS GASTOS:

DESCRIÇÃO	2025	2024
<i>Outros gastos</i>	63,151.06	12,626.88
Total	63,151.06	12,626.88

51 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2025	2024
<i>Edifícios e Outras Construções</i>	0.00	0.00
<i>Equipamento Básico</i>	1,465.40	1,412.94
<i>Equipamento de Transporte</i>	3,750.00	3,750.00
<i>Equipamento Administrativo</i>	511.80	1,874.27
<i>Outros Activos Fixos Tangíveis</i>	397.88	200.00
Total	6,125.08	7,237.21

52 – JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS:

Não aplicável

53 – JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS:

DESCRIÇÃO	2025	2024
<i>Juros suportados</i>	0.00	506.98
Total	0.00	506.98

54 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO:

Não aplicável

55 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela direcção a 11 de junho de 2026. Os associados podem alterar estas demonstrações financeiras na Assembleia Geral de aprovação de contas.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos.

56 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS:

De acordo com o art.º 2º do DL 534/80 de 7 de novembro, declara-se que não existem dívidas em mora ao estado e outros entes públicos.

Mais declaramos que, de acordo com o nº1 do art.º 21 do DL 411/91 de 17 de outubro, não há débitos em mora à Segurança Social e não há acordos de pagamento celebrados com essa entidade.

São João da Madeira, 11 de junho de 2026.

A DIRECÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Nº 56362

QUARTA PARTE

- Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação legal do Revisor Oficial de Contas

Instituição de Utilidade Pública
Instituição de Utilidade Pública Desportiva
Membro do Comité Olímpico de Portugal
Membro da Confederação do Desporto de Portugal
Membro da Confédération Européenne de Billard
Membro da Union Mondiale de Billard
Membro da European Pocket Billiard Federation
Membro da European Billiards and Snooker Association

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BILHAR

De acordo com a disposição estatutária e demais legislação aplicável, vimos apresentar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas pela Direção da Federação Portuguesa de Bilhar, referente ao período de 2025.

Ao longo do ano foi-nos possível observar o esforço desenvolvido pela Direção para boa resolução de todos os problemas, bem como para o desenvolvimento do seu funcionamento, de quem recebemos a melhor colaboração e esclarecimentos solicitados.

As demais peças contabilísticas encontram-se elaborados de harmonia com os preceitos legais, estatutários e regulamentares aplicáveis, demonstrando a evolução da Federação. Procedemos à verificação e análise da documentação contabilística e analisamos as demais peças contabilísticas apresentadas pela Direção, sendo o Balanço, Demonstração e Anexo aos mesmos, bem como, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e Demonstração de Fluxos de Caixa

Face ao que antecede e tendo em conta os considerandos acima descritos, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório e Contas apresentados pela Direção da Federação Portuguesa de Bilhar referentes ao período de 2025; e
- b) Seja dado um voto de apreço à Direção e pessoal da Federação, bem como aos seus restantes colaboradores e aos atletas pela forma como souberam prestigiar e honrar o nome da Federação Portuguesa de Bilhar.
- c) Lisboa, 23 de junho de 2026.

Pelo Conselho Fiscal:

Presidente: _____

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Federação Portuguesa de Bilhar**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 141.708,82 euros e um total de fundos patrimoniais de 123.244,57 euros, incluindo um resultado líquido de 35.654,12 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Federação Portuguesa de Bilhar** em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 25 de junho de 2026

Daniel Gonçalves Dias